

12) Ferreira, A. B. (1993), «Geomorfologia e Ambiente. Contributo Metodológico», estudo de geografia física e ambiente, CEG, Linha de Acção de Geografia Física, Relatório n.º 32, Lisboa, pp. 3-10;

13) Feio (1952), «A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. Estudo de geomorfologia», Lisboa;

14) Lei n.º 11/87, de 7 de Abril — desenvolve as bases da política do ambiente e ordenamento do território;

15) Lencastre, A.; Franco, F. M. (1984), *Lições de Hidrologia*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

16) Lima, M. (1990), Contribuição para o estudo da representação de risco, LNEC, Lisboa, p. 112;

17) Marquínez J., Lastra, J., Fernández, E. (2006), «Metodología utilizada para cartografiar la peligrosidad de inundaciones en las cuencas del Norte», Mapas de Peligrosidad de Avenidas e Inundaciones. Métodos, experiencias y aplicación, MEC/IGME; Madrid, pp. 125-141;

18) Medeiros, C. A. (2005), *Geografia de Portugal*, vols. I e IV, Circulo de Leitores;

19) MMA/E (2004), *Guia para la Elaboración de Estudios del Medio Físico: Contenido y Metodología*, Ministerio de Medio Ambiente, p. 809;

20) Moreira, M. E. (1984), «Glossário de termos usados em geomorfologia litoral. Estudos de geomorfologia das Regiões Tropicais», Relatório n.º 15, CEG, Linha de Acção n.º 5, Lisboa, p. 167;

21) Open University (1991), *Waves, Tides and Shallow-Water Processes*, Pergamon Press, Oxford, p. 187;

22) Paredes, E. (1994), *Sistema de Informação Geográfica. Princípios e Aplicações (Geoprocessamento)*, Ed. Érica, L.ª, Brasil;

23) Pereira, A. R. (1993), *Risco em Ambiente Litoral*, Apontamento de Geografia, Série Investigação; CEG-UL, Lisboa, p. 5;

24) Pereira, A. R. (2000), «Condicionamentos à Erosão no Litoral Português. O Exemplo da Costa Sudoeste (entre Porto Covo e Lagos)», Estudo de Geografia Física e Ambiente, CEG, Linha de Acção de Geografia Física, Relatório n.º 32, Lisboa, pp. 57-74;

25) Ribeiro (1994), *Geografia de Portugal. I Posição Geográfica e o Território*, Ed. Sá da Costa, Lisboa, p. 334;

26) Robinson, A.; Sale, R.; Morrison, J.; Muehrcke, P. (1987), *Elementos de Cartografia*, Ediciones Omega, S. A., Barcelona, p. 543;

27) Rodrigues, M.; Zêzere, J. L.; Machado, C. R. (1993), «A Aplicação de Metodologias na Avaliação de Riscos Naturais» (um exemplo na região a Norte de Lisboa), Estudos de Geografia Física e Ambiente, C. E. G., Linha de Acção de Geografia Física, Relatório n.º 32, Lisboa, pp. 11-28;

28) Summerfield, M. (1991), «Global Geomorphology, An Introduction to the Study of Landforms», Longman Scientific & Technical, England, p. 537;

29) Strahler, A. (1979), *Geografia Física*, Ediciones Ómega S. A., Barcelona;

30) Sirgado, C. (1993), «A Geografia Física nos Planos Directores Municipais», Estudos de Geografia Física e Ambiente, Linha de Acção em Geografia Física, Relatório n.º 32, CEG/FLUL, pp. 47-55;

31) Thompson, R. D., Manning, A. M., Mitchell, C. W., Parry, M., Townshend, J. R. (1986), *Processes in Physical Geography*, Longman, London;

32) Zêzere, J. L. (2005), «Dinâmica de vertentes e riscos geomorfológicos», Área de Geografia Física e Ambiente, CEG, Relatório n.º 41, Lisboa, p. 128;

33) Zêzere, J. L., Rodrigues, M. L. (1993), «A Aplicação da cartografia geomorfológica de grande escala no ordenamento e gestão do território. Um exemplo do maciço calcário estremenho», Estudo de Geografia Física e Ambiente, CEG, Linha de Acção de Geografia Física, Relatório n.º 32, Lisboa, pp. 29-45.

17 — Os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores ficarão excluídos do concurso.

18 — A falta de comparência dos candidatos à prova escrita de conhecimentos gerais e específicos ou à entrevista profissional de selecção determina a sua exclusão.

19 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, prova escrita de conhecimentos gerais e específicos e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

20 — Publicitação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Silves, de acordo com o previsto no artigo 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e notificados os candidatos, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 1 do artigo 40.º deste diploma legal.

21 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Referência A:

Presidente do júri — Dr. Rogério Santos Pinto, vice-presidente. Vogais efectivos:

1.º Dr. Tiago Ildefonso Fernandes Leal, chefe da Divisão de Desporto, Juventude e Acção Social, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Dr.ª Regina Cármen Nunes Rodrigues Martins, técnica superior principal da carreira de psicologia.

Vogais suplentes:

1.º Dr.ª Lina Teresa Martins Amaro Neto, técnica superior principal da carreira de serviço social.

2.º Dr.ª Maria do Rosário Cabrita Jónia Boal Pontes, chefe da Divisão de Educação, Cultura, Turismo e Património.

Referências B e C:

Presidente do júri — Dr. Rogério Santos Pinto, vice-presidente. Vogais efectivos:

1.º Mestre Ricardo José da Conceição Tomé, chefe da Divisão de Planeamento do Território e Informação Geográfica, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Engenheiro José Vilarinho Mascarenhas Figueira Santos, director de departamento de Obras Municipais, Equipamento e Ambiente.

Vogais suplentes:

1.º Dr. Luís Miguel Guerreiro Cabrita, técnico superior de 1.ª classe da carreira de história.

2.º Arquitecta Maria Helena Lamy Figueiras Santos, técnica superior assessora da carreira de arquitectura.

22 — Regime de estágio:

22.1 — O júri de estágio terá a mesma composição do júri do concurso, caso não venha a ser decidida a revisão da sua composição.

22.2 — O estágio com a duração de um ano, tem carácter probatório e obedecerá às regras constantes do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

22.3 — Findo o período de estágio, os estagiários serão avaliados pelos respectivos júris e se nessa avaliação obtiverem classificação não inferior a *Bom* (14 valores) serão providos, a título definitivo, nas respectivas carreiras.

9 de Julho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611032551

Aviso n.º 13 323/2007

Reclassificações profissionais

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 27 de Junho de 2007, foram deferidos os pedidos de reclassificação profissional dos seguintes funcionários:

Cidália Maria Correia Pacheco, técnica de 1.ª classe da carreira de turismo, é reclassificada para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de turismo, nos termos estabelecidos na alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Alda Luísa do Carmo Martins, auxiliar técnica de museografia, é reclassificada para a categoria técnica profissional de 2.ª classe da carreira de biblioteca e documentação do grupo de pessoal técnico-profissional, nos termos estabelecidos na alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Fernando Miguel Rodrigues Simões, auxiliar técnico de turismo, é reclassificado para a categoria técnica profissional de 2.ª classe da carreira de biblioteca e documentação do grupo de pessoal técnico-profissional, nos termos estabelecidos na alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Vanda Isabel dos Santos Cabrita, auxiliar técnica de museografia, é reclassificada para a categoria técnica profissional de 2.ª classe da carreira de biblioteca e documentação do grupo de pessoal técnico-profissional, nos termos estabelecidos na alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou às autarquias locais o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

No cumprimento da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro (artigo 41.º), verificou-se a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial na carreira/categoria em apreço, conforme comunicações da

DGAP, transmitidas através das declarações de inexistência n.ºs 6268, 6256, 6326 e 6325, respectivamente.

A nomeação da funcionária Cidália Maria Correia Pacheco é definitiva de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

A nomeação dos restantes funcionários é em comissão de serviço extraordinária, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplicou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

Os funcionários deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*. (Processo não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

9 de Julho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

2611032590

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Aviso n.º 13 324/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de operário qualificado — Jardineiro

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 5 de Julho de 2007, proferido ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foi nomeada, na sequência do concurso em epígrafe, aberto pelo aviso n.º 21/2007, de 29 de Janeiro, deste município, grupo de pessoal operário qualificado, Eulália Maria Dinis Francisco Quintino para a carreira/categoria de operário — jardineiro, escalão 1, índice 142, auerindo a remuneração de € 463,99.

A candidata deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

5 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

2611032541

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso n.º 13 325/2007

Relativamente à empreitada de construção do novo mercado coberto para a cidade, informa-se que foram prestados esclarecimentos e que os mesmos foram anexados ao respectivo processo de concurso, passando a fazer parte integrante do mesmo.

21 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

2611032595

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 13 326/2007

Defensor Oliveira Moura, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, para os devidos efeitos, torna público que, nos termos do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, foram nomeados, precedendo concurso, por seu despacho de 6 de Julho de 2007, para a categoria de assistente administrativo especialista, os candidatos graduados em 1.º, 2.º e 3.º lugares no referido concurso, aberto conforme aviso afixado através da *Ordem de Serviço*, n.º 07/SAP/2007, de 16 de Março, cuja lista de classificação final foi publicitada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Patrícia Gomes de Maldonado Botelho Fiúza, Patrícia Alexandra dos Santos Sousa da Silva Vieira e Rosa Maria Lírio da Silva Veiga.

Os lugares agora ocupados foram criados no quadro de pessoal desta Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal em 18 de Junho de 2003, mediante proposta da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2003, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, apêndice n.º 117, de 4 de Agosto de 2003.

As nomeadas, Patrícia Gomes de Maldonado Botelho Fiúza, Patrícia Alexandra dos Santos Sousa da Silva Vieira e Rosa Maria Lírio da Silva Veiga, ficam posicionadas no escalão 1, índice 269, a que corresponde o montante de € 878,96, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 57/2004, de 17 de Março, e pela Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro, devendo tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação da nomeação no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

10 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611032617

Aviso n.º 13 327/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho do vereador da área de Planeamento e Gestão Urbanística de 25 de Junho de 2007, proferido no uso de competência subdelegada pelo presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa à alteração do lote 24 do loteamento a que se refere o processo n.º 23/92, em que é interessado Manuel António da Ressurreição Morence, durante o período de 15 dias, com início no 1.º dia útil posterior à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos no Edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Secção de Atendimento e Comunicação.

12 de Julho de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *Joaquim Luís Nobre Pereira*.

2611032384

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 13 328/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 6 de Julho de 2007, no uso das competências que me foram subdelegadas, nomeio arquitecto de 1.ª classe Henrique Alexandre Ribeiro Guedes. O interessado deverá aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

6 de Julho de 2007. — O Director Municipal de Administração Geral, por subdelegação de competências, *A. Carlos Sousa Pinto*.

2611032603

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL

Aviso n.º 13 329/2007

Torna-se público que, por despacho de 10 de Julho corrente e na sequência de concurso externo de ingresso, aberto pelo aviso n.º 77/DAGP/2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 240, de 16 de Dezembro de 2005, foi nomeado Filipe Taveira Peixoto para o lugar de técnico profissional de 2.ª classe (topógrafo), escalão 1, índice 199.

O interessado deverá tomar posse do respectivo lugar no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

11 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

2611032425

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Rectificação n.º 1106/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por lapso no aviso n.º 11 941/2007, de abertura do concurso, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 2 de Julho de 2007, rectifica-se que onde se lê «Referência C — um lugar de técnico profissional de manutenção de 1.ª classe» deve ler-se «Referência C — um lugar de técnico profissional de manutenção principal — índice 238, com a remuneração bruta mensal (RBM) = € 777,67».